

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-PE

CONTRATANTE (UASG): 981547

OBJETO

Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 24/02/2026 às 10h (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR GRUPO**

**MODO DE DISPUTA:
ABERTO**

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM**

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	5
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	6
6. DA FASE DE JULGAMENTO	8
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	9
8. DOS RECURSOS	11
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	11
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	13
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	13

EDITAL

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE SAÚDE, DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS, DE MEIO AMBIENTE, DE FINANÇAS, DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026-PE
(PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2026.01.23.01)

Torna-se público que o(a) **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE - SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE SAÚDE, DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS, DE MEIO AMBIENTE, DE FINANÇAS, DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE GOVERNO**, por meio do Pregoeiro Oficial do Município, sediado(a) à **Rua Paulo Marques, 378, Centro, CEP: 62.370-000, São Benedito/CE**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, no **Dia 24/02/2026 às 10h (horário de Brasília)**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em um único grupo, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
 - 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de descontos.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance ou abaixo do maior desconto serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou percentual de desconto superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
- 5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas neste Edital;
- 5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos e os percentuais de descontos mínimos como critério de aceitabilidade.

5.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do percentual desconto mínimo definido pela Administração.

5.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo ou do percentual de desconto em relação ao mínimo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.6.1. conter vícios insanáveis;
- 6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo ou abaixo do percentual mínimo definido para a contratação;
- 6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço ou diminuição do desconto e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. O local e prazo para entrega das amostras está informado no Termo de Referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Para a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, conforme disposto no § 1º do art. 94 do Decreto Municipal nº 54, de 27 de Dezembro de 2023, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.13. **Forma de envio e pertinência da documentação de habilitação.**
- 7.13.1. **A licitante deverá encaminhar, exclusivamente via sistema, apenas a documentação estritamente necessária ao atendimento das exigências de habilitação previstas neste edital e na Lei nº 14.133/2021, abstendo-se de anexar documentos impertinentes ou redundantes, em observância aos princípios da celeridade e do julgamento objetivo.**
- 7.13.2. **Para fins de padronização e foco, a documentação de habilitação restringe-se às categorias jurídica, técnica, fiscal/social/trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 66 a 69 da Lei nº 14.133/2021; documentos fora desse rol não serão considerados para análise.**
- 7.13.3. **Descumprida a orientação do caput (envio desorganizado, com peças desnecessárias ou ausência de peças exigidas), o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, determinar o reenvio/organização correta da documentação.**

7.14. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.2.1. advertência;
 - 9.2.2. multa;
 - 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: cplsao benedito@gmail.com.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

11.5.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.5.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, bem como a discordância entre as especificações do objeto no portal www.gov.br/compras e neste Edital, prevalecerão às constantes neste Edital.

11.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.gov.br/compras.

11.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos: * ANEXO I - Termo de Referência; * Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar; * ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

São Benedito/CE, 03 de fevereiro de 2026

Assinado digitalmente por LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE PAULA:12115002334
DN: cn=LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE PAULA:12115002334, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=l.g.paula@hotmail.com
Data: 2026.02.03 16:06:03 -03'00'

LÚCIA DE FÁTIMA GONÇALVES DE PAULA
Secretária de Educação

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=igoren16@gmail.com
Data: 2026.02.03 16:05:18 -03'00'

FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO
Secretário de Saúde

Assinado digitalmente por THAMIRES RODRIGUES MOREIRA:05101007323
DN: cn=THAMIRES RODRIGUES MOREIRA:05101007323, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=thamiresmoreira@hotmail.com
Data: 2026.02.03 16:07:05 -03'00'

THAMIRES RODRIGUES MOREIRA
Secretária do Meio Ambiente

Assinado digitalmente por MARIA SAMARA FREIRE DE OLIVEIRA:02793727369
DN: cn=MARIA SAMARA FREIRE DE OLIVEIRA:02793727369, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=financeiro@solucaocontabilisb.com.br
Data: 2026.02.03 16:13:02 -03'00'

MARIA SAMARA FREIRE DE OLIVEIRA
Secretária de Finanças

Assinado digitalmente por FERNANDO REUTMAN RODRIGUES SALES:65418530372
DN: cn=FERNANDO REUTMAN RODRIGUES SALES:65418530372, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=nandoreutman27@hotmail.com
Data: 2026.02.03 16:15:00 -03'00'

FERNANDO REUTMAN RODRIGUES SALES
Secretário de Esporte, Cultura e Turismo

Documento assinado digitalmente

gov.br RAFAELY DE SOUSA LIMA
Data: 03/02/2026 14:52:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAFAELY DE SOUSA LIMA
Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social

Assinado digitalmente por ARIDSON DE MESQUITA ARAGÃO:02793380318
DN: cn=ARIDSON DE MESQUITA ARAGÃO:02793380318, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=aridson_aragao@hotmail.com
Data: 2026.02.03 16:06:31 -03'00'

ARIDSON DE MESQUITA ARAGÃO
Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Assinado digitalmente por DIEGO RODRIGUES LIMA:05647972780
DN: cn=DIEGO RODRIGUES LIMA:05647972780, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=diegorl_@hotmail.com
Data: 2026.02.03 16:08:10 -03'00'

DIEGO RODRIGUES LIMA
Secretário de Administração

Assinado digitalmente por FRANCISCO JONAS GOMES DA SILVA:04009850396
DN: cn=FRANCISCO JONAS GOMES DA SILVA:04009850396, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=sdagestao2025@gmail.com
Data: 2026.02.03 16:13:56 -03'00'

FRANCISCO JONAS GOMES DA SILVA
Secretário de Desenvolvimento Agrário

Assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE SOUSA:22338578368
DN: cn=PAULO SERGIO DE SOUSA:22338578368, o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=paulomombaca2@hotmail.com
Data: 2026.02.03 16:15:41 -03'00'

PAULO SÉRGIO DE SOUSA
Secretário de Governo

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE, conforme especificações do Termo de Referência e seu(s) anexo(s), e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 54/2023.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação e descrição da necessidade da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, os Documentos de Formalização da Demanda (DFD?s) foram preparados em conformidade com a legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas..

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Da exigência de amostra

4.2. Não haverá necessidade de apresentação de amostra, tendo em vista a natureza do objeto. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, caso a compatibilidade com as especificações demandadas sobretudo quanto à marca, padrões de qualidade e desempenho, não possam ser aferidos pelos meios previstos neste termo, o Pregoeiro solicitará que o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar apresente documentos que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, prazo mínimo de validade ou garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na

TR nº. 2026.01.23.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 18

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. O FISCAL de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços e execução do objeto do contrato, conforme atribuições especificadas nos Arts. 156 e 157 do Decreto Municipal nº 54/2023.

Gestor do Contrato

6.7. O GESTOR de contrato é servidor designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, através de portaria anexa aos autos do processo administrativo da presente contratação, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme atribuições especificadas no Art. 155 do Decreto Municipal nº 54/2023.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. As entregas deverão ocorrer nos horários de expediente: das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas em dias úteis, no local determinado nas ordens de compra pelo órgão contratante.

7.10. Além da entrega nos locais designados pelo município, deverá a contratada também descarregar o objeto da ordem de compra no local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos.

7.11. Ao Município reserva-se o direito de recusar o recebimento do objeto cujas condições não estejam de acordo com o termo de referência, contrato e ordem de fornecimento. Para todos os itens serão avaliadas as condições de fornecimento. Os itens, que não apresentarem condições satisfatórias, não serão aceitos, devendo ser trocados imediatamente; sujeitando-se o fornecedor às penas contratuais e legais. Os itens deverão ser entregues nos locais, dias e horários determinados pela contratante conforme especificado nas ordens de fornecimento.

Liquidação

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.12.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.15. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Forma de fornecimento

8.2. A execução do objeto será parcelada, conforme solicitação através de Ordem de Fornecimento (autorização) emitida pelos órgãos solicitantes.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, ou com o item/grupo pertinente, por meio da apresentação de atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.23.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.23.01**

8.23.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.23.3. Justificativa: A exigência de comprovação de aptidão visa identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto através de comprovação de anterior de execução. Embora a Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) não exija explicitamente capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, diversas doutrinas reconhecem a conveniência e legitimidade dessa exigência em determinadas situações. Jurisprudência: O Tribunal de Contas da União (TCU) já decidiu que a Administração Pública pode exigir capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, mesmo que não haja previsão legal específica. Exemplo: Acórdão TCU 1.823/2018. Conclusão: A exigência de capacidade técnica para fornecimento de mercadorias, embora não seja obrigatória por lei, é uma medida recomendável em diversas situações. Essa exigência pode garantir a qualidade dos produtos, proteger o interesse público e promover a eficiência da gestão pública.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.26.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.26.6. A habilitação econômico-financeira exigida visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, de forma objetiva conforme coeficientes e índices econômicos previstos no edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

9.2.1. Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

9.2.2. Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

9.2.3. Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

9.2.4. Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.23.01**

9.2.5. Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

9.3. Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma publicidade diferida, estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de São Benedito.

A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orcamentaria: 02 - Fundo Municipal de Saúde

Funcao: 10 - Saúde

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.006 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300099 - Outros materiais de consumo

Fonte: 1500100200 - Receita de imposto e transf. Saúde

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orcamentaria: 02 - Fundo Municipal de Saúde

Funcao: 10 - Saúde

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.006 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico

Fonte: 1500100200 - Receita de imposto e transf. Saúde

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 06 - Fundo de Assistência Social

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Funcao: 08 - Assistência Social

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.034 - Apoio a Gestão Descentralizada - IGD/PBF

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 3390320003 - Material destinado a assistência social

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 06 - Fundo de Assistência Social

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.23.01**

Funcao: 08 - Assistência Social
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.037 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. Munic. do Trabalho e Desenv. Social
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300016 - Material de expediente
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026
Orgao: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcao: 12 - Educação
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.066 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300016 - Material de expediente
Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercicio Financeiro: 2026
Orgao: 07 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade Orcamentaria: 01 - Fundo Municipal de Educação
Funcao: 12 - Educação
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.066 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação
Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente
SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico
Fonte: 1500100100 - Receita de imposto e transf. Educação

Exercicio Financeiro: 2026
Orgao: 12 - Secretaria Municipal das Finanças
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal das Finanças
Funcao: 04 - Administração
Subfuncao: 123 - Administração Financeira
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.090 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300016 - Material de expediente
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026
Orgao: 12 - Secretaria Municipal das Finanças
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal das Finanças
Funcao: 04 - Administração
Subfuncao: 123 - Administração Financeira
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.090 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças
Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.23.01**

SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 13 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal de Administração

Funcao: 04 - Administração

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.093 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300016 - Material de expediente

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 13 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal de Administração

Funcao: 04 - Administração

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.093 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 15 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Funcao: 27 - Desporto e Lazer

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.102 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. Mun. de Esporte, Cultura e Turismo

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300017 - Material de processamento de dados

Fonte: 1501000000 - Outros recursos não vinculados

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 15 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Funcao: 27 - Desporto e Lazer

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.102 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. Mun. de Esporte, Cultura e Turismo

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 3390300017 - Material de processamento de dados

Fonte: 1501000000 - Outros recursos não vinculados

Exercicio Financeiro: 2026

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.23.01**

Orgao: 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Funcao: 04 - Administração
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.105 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300099 - Outros materiais de consumo
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Funcao: 04 - Administração
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.105 - Gerenciamento e Manutenção da Sec. de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente
SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 18 - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Funcao: 20 - Agricultura
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.117 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300016 - Material de expediente
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 18 - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Funcao: 20 - Agricultura
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito
Acao: 2.117 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente
SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 19 - Secretaria do Meio Ambiente
Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria do Meio Ambiente
Funcao: 18 - Gestão Ambiental
Subfuncao: 122 - Administração Geral
Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. **2026.01.23.01**

Acao: 2.126 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria do Meio Ambiente
Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo
SubElemento: 3390300099 - Outros materiais de consumo
Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 19 - Secretaria do Meio Ambiente

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria do Meio Ambiente

Funcao: 18 - Gestão Ambiental

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.126 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria do Meio Ambiente

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 20 - Secretaria de Governo

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria de Governo

Funcao: 04 - Administração

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.132 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria de Governo

Elemento: 33903000 - Materiais de Consumo

SubElemento: 3390300016 - Material de expediente

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

Exercicio Financeiro: 2026

Orgao: 20 - Secretaria de Governo

Unidade Orcamentaria: 01 - Secretaria de Governo

Funcao: 04 - Administração

Subfuncao: 122 - Administração Geral

Programa: 0712 - Gestão Administrativa de São Benedito

Acao: 2.132 - Gerenciamento e Manutenção da Secretaria de Governo

Elemento: 4490520000 - Equipamentos e Material Permanente

SubElemento: 3390300026 - Material elétrico e eletrônico

Fonte: 1500000000 - Recursos não vinculados de impostos

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Benedito/CE, 03 de fevereiro de 2026.

Assinado digitalmente por LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE
PAULA:12115002334
DN: cn=LUCIA DE FATIMA GONCALVES DE PAULA:12115002334,
o=ICP-Brasil, ou=AC SingularID Multipla,
email=l.g.paula@hotmail.com
Data: 2026.02.03 11:11:29 -03'00'

Secretaria Municipal de Educação
Lucia de Fátima Gonçalves de Paula
Secretária Municipal de Educação
Portaria: 009/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

Assinado digitalmente por FERNANDO REUTMAN RODRIGUES
SALES:65418530372
DN: cn=FERNANDO REUTMAN RODRIGUES SALES:65418530372,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=nandoreutman27@hotmail.com
Data: 2026.02.03 11:13:43 -03'00'

Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo
Fernando Reutman Rodrigues Sales
Secretário de Esporte, Cultura e Turismo
Portaria: 039/2025

Assinado digitalmente por ARIDSON DE MESQUITA
ARAGAO:02793380318
DN: cn=ARIDSON DE MESQUITA ARAGAO:02793380318, o=ICP-
Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=aridson_aragao@hotmail.com
Data: 2026.02.03 11:14:29 -03'00'

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Aridson de Mesquita Aragão
Secretário de Infraestrutura e Recursos Hídricos
Portaria: 014/2025

Assinado digitalmente por THAMIRES RODRIGUES
MOREIRA:05101007323
DN: cn=THAMIRES RODRIGUES MOREIRA:05101007323, o=ICP-
Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=thamiresmoreira@hotmail.com
Data: 2026.02.03 11:15:12 -03'00'

Secretaria do Meio Ambiente
Thamires Rodrigues Moreira
Secretária Municipal do Meio Ambiente
Portaria: 037/2025

Assinado digitalmente por FRANCISCO IGOR VALE DO
NASCIMENTO:99708795372
DN: cn=FRANCISCO IGOR VALE DO NASCIMENTO:99708795372,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla, email=igorenf16@gmail.com
Data: 2026.02.03 11:26:41 -03'00'

Secretaria Municipal de Saúde
Francisco Igor Vale Do Nascimento
Secretário de Saúde
Portaria: 001/2025

Assinado digitalmente por MARIA SAMARA FREIRE DE
OLIVEIRA:02793727369
DN: cn=MARIA SAMARA FREIRE DE OLIVEIRA:02793727369,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=financeiro@solucaocontabilsb.com.br
Data: 2026.02.03 11:15:53 -03'00'

Secretaria Municipal das Finanças
Maria Samara Freire De Oliveira
Secretária de Finanças
Portaria: 006/2025

Assinado digitalmente por DIEGO RODRIGUES
LIMA:05647972780
DN: cn=DIEGO RODRIGUES LIMA:05647972780, o=ICP-Brasil,
ou=AC SyngularID Multipla, email=diegorl_@hotmail.com
Data: 2026.02.03 11:17:51 -03'00'

Secretaria Municipal de Administração
Diego Rodrigues Lima
Secretário Municipal de Administração
Portaria: 005/2025

Assinado digitalmente por FRANCISCO JONAS GOMES DA
SILVA:04009850396
DN: cn=FRANCISCO JONAS GOMES DA SILVA:04009850396,
o=ICP-Brasil, ou=AC SyngularID Multipla,
email=sdagestao2025@gmail.com
Data: 2026.02.03 11:20:27 -03'00'

Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Francisco Jonas Gomes da Silva
Secretário de Desenvolvimento Agrário
Portaria: 038/2025

Documento assinado digitalmente



RAFAELY DE SOUSA LIMA
Data: 03/02/2026 11:08:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafaely de Sousa Lima
Rua Paulo Marques 378 - Centro - São Benedito CE
Portaria: 000/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

Assinado digitalmente por PAULO SERGIO DE
SOUSA:22338578368
DN: cn=PAULO SERGIO DE SOUSA:22338578368, o=ICP-Brasil,
ou=AC SyngularID Multipla, email=paulomombaca2@hotmail.com
Data: 2026.02.03 11:25:06 -03'00'

Secretaria de Governo
Paulo Sergio de Sousa
Secretário de Governo
Portaria: 201/2025

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

ANEXO I - ITEM(S) DO TERMO DE REFERÊNCIA

Nº. Seq	Catmat/CatServ	Quant.	Un. Fornecimento	Descrição sucinta
Grupo: G-001		Total de Itens: 20		
01	374 - 612320	30,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa. Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..
02	404 - 612320	1,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa. Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..
03	376 - 612320	7,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa. Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

Grupo: **G-001**

Total de Itens: **20**

extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..

04	414 - 612320	2,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..				

05	375 - 612320	1,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..				

06	449 - 612320	1,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou				

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

Grupo: **G-001**

Total de Itens: **20**

mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..

07	403 - 612320	8,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
----	--------------	------	---------	---

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..

08	379 - 612320	3,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
----	--------------	------	---------	---

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria)..

09	377 - 612320	2,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
----	--------------	------	---------	---

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3.000 usuários cadastrados. possui display LCD TFT colorido de 2.4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque. a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial. conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante. dispõe de 1 porta usb 2.0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2.0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps. a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional). suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte). o peso é de 750g (sem bobina). cor: preto texturizado. o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle. possui

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

Grupo: **G-001**

Total de Itens: **20**

requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados. Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos. permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas. suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada. gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML). Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH). permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade. inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores. Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato. (Especificação Própria).

10	378 - 612320	3,00	Unidade	Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Fa.
----	--------------	------	---------	--

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3.000 usuários cadastrados. possui display LCD TFT colorido de 2.4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque. a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial. conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante. dispõe de 1 porta usb 2.0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2.0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps. a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional). suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte). o peso é de 750g (sem bobina). cor: preto texturizado. o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle. possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados. Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos. permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas. suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada. gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML). Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH). permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade. inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores. Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato. (Especificação Própria).

11	871 - 482812	50,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

12	867 - 482812	60,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

13	864 - 482812	30,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

14	866 - 482812	40,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

15	872 - 482812	90,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Termo de Referência

Processo Administrativo do TR nº. 2026.01.23.01

Grupo: **G-001**

Total de Itens: **20**

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

16	863 - 482812	600,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	--------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

17	870 - 482812	20,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

18	869 - 482812	160,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	--------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

19	868 - 482812	60,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	-------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

20	865 - 482812	140,00	Bobina	Bobina térmica para relógio de ponto - Secre.
----	--------------	--------	--------	--

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento..

Estudo Técnico Preliminar
ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 23 de janeiro de 2026

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 e Decreto 054/2023

2 - Descrição da necessidade da contratação (Art. 18, §1º, I)

A necessidade da contratação para a aquisição de Relógios de Ponto Eletrônico com Biometria Facial, acompanhados de bobinas térmicas, para atender às diversas Secretarias do Município de São Benedito/CE decorre da identificação de fragilidades estruturais e operacionais nos atuais mecanismos de controle de frequência dos servidores públicos municipais, conforme amplamente evidenciado nos Documentos de Formalização da Demanda apresentados pelas unidades requisitantes.

De modo geral, constatou-se que os métodos atualmente utilizados, em muitos casos manuais ou baseados em controles pouco informatizados, não oferecem o nível de precisão, segurança, rastreabilidade e confiabilidade exigidos para uma gestão moderna e eficiente de pessoal, além de demandarem elevado esforço administrativo para conferência, consolidação e auditoria das informações.

O problema identificado se manifesta por meio de inconsistências nos registros de jornada, dificuldades na apuração correta da carga horária cumprida, fragilidades na fiscalização da assiduidade, riscos de marcações indevidas ou por terceiros e limitação na geração de relatórios gerenciais confiáveis. Tais fragilidades impactam diretamente a gestão de recursos humanos, aumentam o retrabalho administrativo, ampliam a exposição do Município a questionamentos por órgãos de controle interno e externo e podem comprometer a correta instrução de processos relacionados à folha de pagamento, banco de horas, horas extras, escalas especiais e demais eventos funcionais. Em áreas sensíveis, como saúde, assistência social, educação e infraestrutura, essas limitações assumem gravidade ainda maior, pois a adequada organização das escalas e a presença efetiva dos servidores estão diretamente relacionadas à continuidade e à qualidade dos serviços públicos prestados à população.

A real necessidade gerada por esse contexto é a implantação de um sistema padronizado, seguro e tecnologicamente adequado de controle de frequência, capaz de centralizar os registros de jornada, assegurar a identificação inequívoca do servidor por meio de biometria facial, reduzir falhas humanas e vulnerabilidades a fraudes e permitir a extração de dados confiáveis para fins administrativos, gerenciais e de fiscalização. A adoção de equipamentos certificados, com capacidade de integração a software de tratamento de ponto, impressão de comprovantes por meio de bobina térmica e geração de relatórios auditáveis, apresenta-se como solução apta a enfrentar de forma estruturada o problema identificado.

Com a contratação, almeja-se alcançar a modernização dos procedimentos de gestão de pessoas no âmbito municipal, o fortalecimento dos controles internos, a melhoria da transparência administrativa e a observância efetiva dos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, moralidade, publicidade e economicidade. Busca-se, ainda, promover maior equidade no acompanhamento da jornada de trabalho, assegurar critérios objetivos e impessoais na verificação da assiduidade e subsidiar a tomada de decisões gerenciais com base em informações íntegras e tempestivas. A contratação também se revela necessária para alinhar a Administração Municipal às boas práticas de governança pública e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento adequado das contratações, à mitigação de riscos administrativos e à melhoria da qualidade do gasto público.

Nesse sentido, a identificação da necessidade da contratação, neste Estudo Técnico Preliminar, permite compreender o problema sob uma perspectiva mais ampla e finalística, evidenciando que a aquisição dos equipamentos não se limita à simples obtenção de bens, mas constitui instrumento essencial para o aperfeiçoamento da gestão administrativa, para o fortalecimento da governança e para a elevação do padrão de eficiência dos serviços públicos municipais. Trata-se, portanto, de contratação imprescindível para atender às demandas reais das Secretarias envolvidas e para assegurar o correto desenvolvimento das etapas subsequentes do processo de planejamento e contratação.

3 - Área(s) requisitante(s)

Nº do DFD	Identificação do Órgão Emissor do DFD
2025.11.21.002	05 - Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: João Paulo Araújo Lima

Matrícula/Portaria: 6068

ETP nº. 2026.01.23.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 1 de 14

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

2025.12.15.003 19 - Secretaria do Meio Ambiente

Responsável: Rachel Ximenes Brito Matrícula/Portaria: 0535314

2025.12.15.005 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes Matrícula/Portaria: 276

2025.12.16.001 12 - Secretaria Municipal das Finanças

Responsável: Mysma Elaine Ribeiro Correia Matrícula/Portaria: 276

2025.12.17.001 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Responsável: Stenio Rafael Gomes Damasceno Matrícula/Portaria: 0535334

2025.12.17.004 20 - Secretaria de Governo

Responsável: Djane Gonçalves Alcântara Maciel Matrícula/Portaria: 276

2025.12.17.005 06 - Fundo de Assistência Social

Responsável: Glória Maria de Oliveira Costa Matrícula/Portaria: 276

2025.12.17.006 18 - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

Responsável: Thais Bezerra Alcântara Matrícula/Portaria: 276

2026.01.07.003 13 - Secretaria Municipal de Administração

Responsável: Antonia Allana Farias Cordeiro Matrícula/Portaria: 130/2025

2026.01.14.001 12 - Secretaria Municipal das Finanças

Responsável: Mysma Elaine Ribeiro Correia Matrícula/Portaria: 276

2026.01.14.004 15 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Responsável: Erlane Jaynara Rodrigues De Melo Matrícula/Portaria: 276

2026.01.14.005 15 - Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo

Responsável: Erlane Jaynara Rodrigues De Melo Matrícula/Portaria: 276

2026.01.14.006 17 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos

Responsável: Stenio Rafael Gomes Damasceno Matrícula/Portaria: 0535334

2026.01.14.007 13 - Secretaria Municipal de Administração

Responsável: Antonia Allana Farias Cordeiro Matrícula/Portaria: 130/2025

2026.01.14.010 20 - Secretaria de Governo

Responsável: Djane Gonçalves Alcântara Maciel Matrícula/Portaria: 276

2026.01.14.012 05 - Secretaria Municipal de Saúde

Responsável: João Paulo Araújo Lima Matrícula/Portaria: 6068

2026.01.15.001 19 - Secretaria do Meio Ambiente

Responsável: Rachel Ximenes Brito Matrícula/Portaria: 0535314

2026.01.19.002 06 - Fundo de Assistência Social

Responsável: Glória Maria de Oliveira Costa Matrícula/Portaria: 276

2026.01.20.001 18 - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

Responsável: Thais Bezerra Alcântara Matrícula/Portaria: 276

2026.01.20.002 07 - Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Lucimara Cavalcante de Aguiar Fernandes Matrícula/Portaria: 276

4 - Demonstração da previsão (ou não) da contratação no PCA (Art. 18, §1º, II)

Nº. no PCA:

Grau de Prioridade:

Data desejada da Contratação:

JUSTIFICATIVA - ELABORAÇÃO DO PCA - 2026: O Município de São Benedito, seguindo as exigências dos artigos 12, inciso VII, e 18 da Lei nº 14.133/2021, elaborou o Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, com base na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Adicionalmente, os Documentos de Formalização da Demanda (DFD's) foram preparados em conformidade com a

ETP nº. 2026.01.23.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 2 de 14

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

legislação vigente, garantindo transparência e eficiência nas contratações públicas.

5 - Requisitos da contratação (Art. 18, §1º, III)

Os requisitos da presente contratação foram definidos a partir da análise das necessidades efetivamente identificadas pelas diversas Secretarias do Município de São Benedito/CE, conforme consignado nos respectivos Documentos de Formalização da Demanda, e visam delimitar, de forma objetiva e proporcional, as condições mínimas indispensáveis para o pleno atendimento da pretensão administrativa, assegurando a ampla competitividade do certame sem prejuízo da qualidade, da segurança e da eficiência esperadas da solução a ser contratada.

Como padrão mínimo de qualidade, os equipamentos a serem adquiridos deverão atender, obrigatoriamente, às especificações técnicas compatíveis com sistemas modernos de controle de frequência, devendo ser certificados por órgão competente, possuir identificação por biometria facial, permitir o cadastramento de número elevado de usuários, dispor de display adequado para interação do usuário, impressora térmica integrada com guilhotina e suporte a bobinas de grande capacidade, além de possibilitar comunicação segura com sistemas informatizados de tratamento de ponto. Tais requisitos mínimos mostram-se necessários para garantir a confiabilidade dos registros, a rastreabilidade das informações, a redução de falhas humanas e a adequada fiscalização da jornada de trabalho, aspectos essenciais para a gestão de pessoas no âmbito municipal.

No que se refere à utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização, registra-se que, embora tenha sido adotada como referência a classificação constante do CATMAT/CATSERV para fins de identificação do item, as especificações detalhadas do objeto não se limitaram exclusivamente às descrições padronizadas do catálogo, uma vez que a realidade operacional do Município exige características técnicas específicas, relacionadas à diversidade de unidades administrativas, à quantidade de servidores, à multiplicidade de escalas de trabalho e à necessidade de integração com sistemas de gestão de pessoal. Assim, a complementação das especificações técnicas mostra-se devidamente justificada para assegurar que a solução contratada seja efetivamente adequada às demandas locais e às particularidades da Administração Municipal.

A presente contratação possui natureza de fornecimento de bens, não se caracterizando, em si, como serviço de natureza continuada. Todavia, destaca-se que o fornecimento dos equipamentos deverá ser acompanhado dos serviços acessórios indispensáveis ao seu pleno funcionamento, tais como instalação, configuração inicial, treinamento dos usuários e suporte técnico pelo período mínimo estipulado, inclusive quanto ao licenciamento temporário do software de tratamento de ponto. Esses serviços acessórios não descaracterizam a natureza principal do objeto, mas são imprescindíveis para garantir a operacionalização adequada do sistema e a efetividade da solução adotada.

No tocante aos critérios e práticas de sustentabilidade, observa-se que a contratação admite a incorporação de medidas compatíveis com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, especialmente no que se refere à eficiência no uso de recursos, à durabilidade dos equipamentos e à redução de desperdícios. Nesse sentido, os equipamentos deverão possuir baixo consumo de energia elétrica, preferencialmente com alimentação bivolt e sistemas internos que reduzam a necessidade de acionamento constante, bem como permitir o uso racional de insumos, como bobinas térmicas de maior metragem, diminuindo a frequência de substituições e a geração de resíduos. Ademais, a exigência de equipamentos duráveis e com garantia mínima contribui para a redução do descarte prematuro de bens e para a economicidade ao longo do ciclo de vida do objeto.

Caso não sejam aplicáveis outros critérios ambientais mais específicos, a decisão se justifica pelo fato de se tratar de aquisição de equipamentos eletrônicos padronizados, cujas características ambientais relevantes já se encontram incorporadas às exigências técnicas mínimas e às normas de certificação aplicáveis ao setor. Ainda assim, a Administração buscará, sempre que possível, selecionar soluções que conciliem desempenho, confiabilidade e responsabilidade ambiental, em consonância com as boas práticas de governança e com o interesse público.

6 - Levantamento de Mercado (Art. 18, §1º, V)

O levantamento de mercado realizado para a aquisição de Relógios de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica teve por finalidade compreender o funcionamento do mercado fornecedor da solução pretendida, identificar as alternativas tecnológicas disponíveis, verificar práticas adotadas por outros entes da Administração Pública e subsidiar a definição de uma modelagem de contratação aderente à realidade atual, reduzindo riscos de escolhas antieconômicas e de inadequação técnica. A análise considerou, especialmente, as informações constantes nos Documentos de Formalização da Demanda das diversas Secretarias do Município de São Benedito/CE, bem como referências a contratações similares realizadas por outros órgãos públicos e às soluções padronizadas disponíveis no mercado nacional.

Constatou-se que o mercado de sistemas de controle de frequência evoluiu significativamente nos últimos anos, com a consolidação de tecnologias biométricas mais seguras e menos suscetíveis a falhas, dentre as quais se destaca a biometria facial. Essa tecnologia tem sido amplamente adotada por órgãos públicos em substituição a métodos tradicionais, como registros manuais, cartões magnéticos ou biometria digital, sobretudo por apresentar maior confiabilidade, reduzir riscos de marcações indevidas e permitir maior rastreabilidade e

ETP nº. 2026.01.23.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 3 de 14

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

auditabilidade das informações. O levantamento evidenciou que os equipamentos atualmente ofertados no mercado combinam hardware certificado com softwares de tratamento de ponto capazes de atender a diferentes regimes de jornada, escalas especiais, banco de horas e geração de relatórios gerenciais, características compatíveis com a diversidade de vínculos e rotinas existentes na Administração Municipal.

Foram consideradas, ainda, experiências de contratações similares promovidas por outros municípios e órgãos da Administração Pública, nas quais se verificou a adoção de equipamentos do tipo Relógio Eletrônico de Ponto (REP) com biometria facial, integrados a sistemas informatizados de gestão de frequência. Essas contratações reforçam a tendência de padronização dessa solução como boa prática administrativa, especialmente em órgãos com múltiplas unidades, elevado número de servidores e necessidade de controle rigoroso da jornada de trabalho. Não se identificaram, no âmbito dessas contratações, metodologias alternativas que apresentassem, no momento, melhor relação custo-benefício ou maior nível de segurança e eficiência para o controle de frequência no setor público.

O estudo também levou em consideração o dinamismo do mercado de equipamentos eletrônicos e de soluções de tecnologia da informação. Observou-se que, embora haja constante evolução tecnológica, a biometria facial consolidou-se como solução madura, amplamente difundida e com suporte técnico disponível no mercado nacional, o que reduz riscos de obsolescência imediata e de dependência excessiva de fornecedores específicos. Dessa forma, a modelagem adotada não se limita à repetição de contratações anteriores, mas reflete a atualização das soluções disponíveis, alinhando-se às práticas mais recentes e à realidade tecnológica atual.

Quanto à avaliação de alternativas à aquisição, nos termos do artigo 44 da Lei nº 14.133/2021, analisou-se a possibilidade de locação dos equipamentos. Contudo, verificou-se que, para a Administração Municipal, a aquisição apresenta-se mais vantajosa do ponto de vista econômico e operacional, considerando o uso contínuo e permanente dos equipamentos nas unidades administrativas, a necessidade de estabilidade do sistema de controle de frequência e o custo recorrente que a locação acarretaria ao longo do tempo. Ademais, a aquisição, associada a serviços acessórios de instalação, suporte e garantia, permite maior previsibilidade orçamentária, melhor aproveitamento do investimento público e redução de custos no médio e longo prazo.

Assim, o levantamento de mercado realizado fornece base suficiente para a definição da solução mais adequada sob a ótica do melhor custo-benefício, assegurando que a contratação esteja em consonância com a realidade do mercado, com as necessidades do Município de São Benedito/CE e com os princípios que regem as contratações públicas.

7 - Descrição da solução como um todo (Art. 18, §1º, VII)

A solução proposta consiste na Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE, de modo a assegurar que a contratação produza, de forma efetiva, os resultados pretendidos pela Administração Municipal de São Benedito/CE, conforme as necessidades identificadas nos Documentos de Formalização da Demanda das diversas Secretarias envolvidas

A solução contempla, de forma indissociável, o fornecimento dos equipamentos físicos (hardware) devidamente certificados e compatíveis com a legislação aplicável aos sistemas de registro eletrônico de ponto, dotados de tecnologia de reconhecimento facial, impressora térmica integrada com guilhotina e capacidade de operação contínua, bem como o licenciamento temporário de software de tratamento de ponto, capaz de centralizar, processar e auditar os registros de jornada. Esse conjunto visa garantir registros pessoais, intransferíveis e confiáveis, reduzindo falhas humanas, vulnerabilidades a fraudes e inconsistências administrativas.

Integram ainda a solução os serviços técnicos necessários à implantação, compreendendo a instalação física dos equipamentos nas unidades administrativas indicadas, a configuração inicial do sistema, a integração com o software de tratamento de ponto, a parametrização conforme as diferentes jornadas, escalas e regimes de trabalho existentes no Município, além do treinamento dos servidores responsáveis pela operação e gestão do sistema. Tais serviços são tecnicamente indispensáveis para assegurar o correto funcionamento da solução e a efetiva utilização das funcionalidades contratadas, não se tratando de serviços autônomos, mas acessórios e diretamente vinculados ao fornecimento do bem.

A opção por essa solução integrada mostra-se tecnicamente justificada por permitir a padronização dos procedimentos de controle de frequência, a centralização das informações funcionais, a geração de relatórios gerenciais e a rastreabilidade dos dados para fins de controle interno, auditoria e fiscalização por órgãos externos. Do ponto de vista econômico, a aquisição dos equipamentos, associada a serviços acessórios e garantia mínima, revela-se mais vantajosa do que alternativas como a locação, considerando o uso contínuo e permanente do sistema pelas Secretarias Municipais, a previsibilidade orçamentária e a redução de custos recorrentes no médio e longo prazo.

Quanto às exigências de qualificação técnica e econômica, estas deverão ser específicas, objetivas e estritamente proporcionais ao objeto, limitando-se à comprovação de aptidão para fornecimento de equipamentos eletrônicos compatíveis com a solução pretendida e à capacidade de prestar os serviços acessórios de instalação, suporte e treinamento. Tais exigências se justificam pela necessidade de

ETP nº. 2026.01.23.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 4 de 14

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

assegurar a entrega de equipamentos confiáveis, a correta implantação do sistema e a continuidade operacional durante o período de garantia e suporte, evitando riscos de descontinuidade, falhas técnicas ou prejuízos à gestão administrativa. Ressalte-se que a contratação não se enquadra nas hipóteses de dispensa automática de exigências de qualificação, tendo em vista a relevância funcional do sistema para a Administração, a criticidade das informações tratadas e a necessidade de segurança e confiabilidade dos registros.

Dessa forma, a descrição da solução como um todo evidencia que a contratação não se limita à simples aquisição de bens, mas envolve um conjunto integrado de elementos técnicos e operacionais, cuidadosamente definidos para garantir que o controle de frequência dos servidores municipais seja realizado de maneira moderna, segura, transparente e eficiente, atendendo plenamente ao escopo eleito no planejamento e aos objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal.

JUSTIFICATIVA DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA CONTRATAÇÃO

A estimativa de quantidade para a contratação foi definida a partir de levantamento técnico realizado pelas áreas demandantes, consubstanciado nos respectivos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs) apresentados pelas diversas Secretarias do Município de São Benedito/CE, os quais refletem, de forma individualizada e fundamentada, as necessidades reais de cada unidade administrativa e de seus equipamentos vinculados.

O quantitativo estimado considerou, primordialmente, o número de unidades físicas e administrativas existentes, a distribuição territorial das Secretarias, a quantidade de servidores lotados em cada órgão, bem como a existência de locais distintos de prestação de serviços, tais como sedes administrativas, unidades descentralizadas, equipamentos públicos vinculados (ex.: unidades de saúde, CRAS, CREAS, almoxarifados, setores pedagógicos, centros de atendimento e demais estruturas operacionais). Em razão dessa diversidade organizacional, verificou-se a impossibilidade de atendimento adequado da demanda por meio de número reduzido ou centralizado de equipamentos, sob pena de comprometer a efetividade do controle de frequência e a confiabilidade dos registros.

A estimativa também levou em consideração a necessidade de padronização do controle de jornada em todas as Secretarias participantes, de modo a assegurar tratamento isonômico aos servidores, uniformidade de procedimentos administrativos e maior eficiência na consolidação das informações de frequência. Cada equipamento foi dimensionado para atender a um conjunto específico de servidores e a uma unidade determinada, respeitando a capacidade técnica mínima dos relógios de ponto, a fim de evitar sobrecarga, filas, falhas de registro ou degradação do desempenho do sistema.

Ressalte-se, por fim, que a estimativa de quantidade encontra-se alinhada ao Planejamento Anual de Contratações (PCA) do Município e às dotações orçamentárias indicadas pelas unidades requisitantes, garantindo aderência ao planejamento institucional e viabilidade financeira da contratação. Assim, a quantidade estimada mostra-se adequada para assegurar a plena implementação da solução pretendida, a eficiência do controle de frequência dos servidores municipais e o alcance dos resultados almejados pela Administração Pública Municipal.

8 - Estimativa das Quantidades da Contratação (Art. 18, §1º, IV)

Seq. Item	Quantidade	Unidade de Fornecimento
01	30,00	Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade,

ETP nº. 2026.01.23.01

Relatório emitido por: GoverLance

Página 5 de 14

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

02	1,00	Unidade
----	------	---------

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

03	7,00	Unidade
----	------	---------

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

04	2,00	Unidade
----	------	---------

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3.000 usuários cadastrados. possui display LCD TFT colorido de 2.4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque. a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial. conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante. dispõe de 1 porta usb 2.0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2.0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps. a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional). suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte). o peso é de 750g (sem bobina). cor: preto texturizado. o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle. possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados. Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos. permite bloqueio de registro fora de faixas

Estudo Técnico Preliminar
ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

pré-definidas. suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada. gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML). Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH). permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade. inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores. Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato. (Especificação Própria)

05 3,00 Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3.000 usuários cadastrados. possui display LCD TFT colorido de 2,4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque. a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial. conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante. dispõe de 1 porta usb 2.0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2.0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps. a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional). suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte). o peso é de 750g (sem bobina). cor: preto texturizado. o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle. possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados. Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos. permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas. suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada. gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML). Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH). permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade. inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores. Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato. (Especificação Própria)

06 3,00 Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

07 8,00 Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

08 1,00 Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

09 2,00 Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

10 1,00 Unidade

Descrição Detalhada: 612320 - Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial: produto certificado pelo inmetro com capacidade de no mínimo 3; 000 usuários cadastrados; possui display LCD TFT colorido de 2; 4" (320x240) com tela resistiva sensível ao toque; a

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

identificação de usuários é feita por senha numérica ou reconhecimento facial; conta com impressora de alta velocidade com guilhotina (100 mm/s), suportando bobinas de até 400m e com detecção de papel restante; dispõe de 1 porta usb 2; 0 host (porta fiscal), 1 porta usb 2; 0 host para importação/exportação e 1 porta ethernet 10/100mbps; a alimentação é bivolt (110-220v / 60hz), com nobreak interno de até 4h (bateria opcional); suas dimensões são 24,6 cm x 24,6 cm x 10,4 cm (com suporte) e 24,6 cm x 23 cm x 10,4 cm (sem suporte); o peso é de 750g (sem bobina); cor: preto texturizado; o fornecimento inclui o serviço completo de instalação, com manutenção e 1 ano de garantia, além do treinamento e suporte técnico, constando de Licenciamento de Software de tratamento de ponto com arquitetura cliente/servidor: compatível com Windows 8 ou superior e bancos de dados Access, SQL Server, Oracle; possui requisitos mínimos e sugeridos de hardware especificados; Trata ponto para colaboradores, terceiros e prestadores de serviços em escalas cíclicas ou mensais variadas (incluindo 12x36, 6x2, 6x1, adm, vigias) e horários flexíveis, rígidos ou móveis, com tratamento de banco de horas configurável, horas extras, faltas, atrasos, exceções, anomalias e eventos; permite bloqueio de registro fora de faixas pré-definidas; suporta licença de no mínimo 3000 usuários, expansível para quantidade ilimitada; gera relatórios em diversos formatos (JPG, XLS, VRX, HTML); Possui função LOG para auditoria (atividades, abonos, confirmações RH); permite comunicação direta ou via arquivo texto com diversos equipamentos REPS, tratamento de ponto remoto entre filiais/coligadas com controle de feriados por localidade; inclui módulo web para consulta de cartão ponto/registros e lançamento de abonos/justificativas pelos colaboradores; Fornecimento software com treinamento e suporte técnico - disponibilização pelo período de 12 (doze) meses, em regime de anuidade, contados a partir da data de assinatura do contrato; (Especificação Própria).

11 600,00 Bobina

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

12 30,00 Bobina

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

13 140,00 Bobina

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

14 40,00 Bobina

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

15 60,00 Bobina

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

16 60,00 Bobina

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

17	160,00	Bobina
----	--------	--------

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

18	20,00	Bobina
----	-------	--------

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

19	50,00	Bobina
----	-------	--------

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

20	90,00	Bobina
----	-------	--------

Descrição Detalhada: 482812 - Bobina térmica para relógio de ponto: bobina compatível com a maioria dos relógios rep-c do mercado. possui 300 metros de comprimento, 57 mm (5,7 cm) de largura e tubo central com 12 mm (1,2 cm) de diâmetro. o papel termo sensível tem gramatura de 56 g/m² e espessura de 60 micras, podendo ser amarelo ou branco (dependendo da disponibilidade). mantém a impressão por até 5 anos. rendimento aproximado de 8.500 comprovantes com até 3 cm ou 6.000 comprovantes com até 5 cm de comprimento.

9 - Estimativa do valor da contratação (Art. 18, §1º, VI)

O setor competente da Secretaria de Administração realizará pesquisas de preços conforme orientações da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 54/2023 para a estimativa do valor da contratação.

O custo estimado da contratação possuirá caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

Abaixo estão as justificativas para a utilização do sigilo do orçamento estimado da contratação:

* Princípio da Competitividade e Eficiência: A Lei nº 14.133/2021 busca promover a concorrência e eficiência nas licitações; ocultar os preços estimados até a fase de lances incentiva maior participação de licitantes, resultando em propostas mais competitivas.

* Estratégia de Negociação: Manter os preços estimados ocultos permite que a Administração conduza negociações mais eficazes durante a fase de lances; ajustes nos preços, prazos ou outras condições podem ser realizadas para obter melhores propostas.

* Prevenção de Conluio e Formação de Cartéis: a divulgação prévia dos preços estimados pode facilitar acordos entre licitantes, prejudicando a concorrência; ocultar esses valores até a fase de lances dificulta a coordenação indevida entre participantes.

* Flexibilidade e Adaptação às Circunstâncias: em situações excepcionais, como mudanças no mercado, a Administração pode precisar ajustar os preços estimados; manter esses valores ocultos permite maior flexibilidade para reavaliar e adaptar as estimativas conforme necessário.

* Sigilo Comercial e Estratégico: proteger os preços estimados até a fase de lances respeita o sigilo comercial e estratégico das licitantes.

Vale mencionar que o sigilo não é absoluto e, na prática, funciona como uma "publicidade diferida", estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno sendo tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

necessárias para a elaboração das propostas, conforme especifica o art. 56 do Decreto Municipal nº 54/2023.

10 - Justificativa para o (não) parcelamento da solução (Art. 18, §1º, VIII)

A opção pelo não parcelamento da solução fundamenta-se em critérios técnicos, operacionais e econômicos, em estrita observância ao disposto no artigo 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite o não parcelamento quando demonstrada a inviabilidade técnica ou a perda de economicidade para a Administração.

Sob o aspecto técnico, a solução pretendida caracteriza-se como um sistema integrado, no qual os equipamentos (hardware), os insumos (bobinas térmicas) e os serviços acessórios (instalação, configuração, licenciamento de software, treinamento e suporte técnico) possuem interdependência funcional. O fracionamento da contratação poderia comprometer a compatibilidade entre os componentes, gerar riscos de falhas na integração entre hardware e software, dificultar a padronização do controle de frequência e fragilizar a confiabilidade dos registros de jornada, elementos essenciais para o alcance dos resultados pretendidos pela Administração.

Do ponto de vista operacional, a contratação parcelada implicaria a atuação de múltiplos fornecedores para etapas distintas da solução, o que acarretaria aumento da complexidade da gestão contratual, maior esforço de coordenação por parte da Administração e dificuldades na atribuição de responsabilidades em caso de falhas, inconsistências ou interrupções do sistema. A centralização da execução em fornecedor único permite maior clareza quanto às obrigações contratuais, facilita a fiscalização, assegura atendimento uniforme às diversas Secretarias e reduz riscos de descontinuidade do serviço de suporte e manutenção durante o período de garantia.

Sob a ótica da economicidade, o parcelamento da solução tenderia a eliminar ganhos de escala e a elevar o custo global da contratação, seja pela duplicação de despesas administrativas, seja pela perda de poder de negociação do Município junto aos fornecedores. A contratação integrada possibilita a obtenção de preços mais vantajosos, a otimização dos custos de implantação e a redução de despesas indiretas associadas à gestão de múltiplos contratos, alinhando-se aos princípios da eficiência e do melhor custo-benefício.

Ademais, o não parcelamento contribui para a padronização tecnológica do sistema de controle de frequência em todas as unidades administrativas, aspecto relevante para a consolidação dos dados, a geração de relatórios gerenciais unificados e a fiscalização por órgãos de controle interno e externo. A adoção de soluções distintas, decorrentes de contratações parceladas, poderia resultar em incompatibilidades técnicas, dificuldades de integração e fragmentação das informações, em prejuízo à governança administrativa.

Diante do exposto, resta devidamente justificado que o não parcelamento da solução atende de forma mais adequada ao interesse público, assegurando viabilidade técnica, eficiência operacional e economicidade à contratação, sem prejuízo à competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de fornecedores aptos a fornecer a solução de forma integrada. Assim, a opção adotada revela-se a mais compatível com as características do objeto, com as necessidades do Município de São Benedito/CE e com os princípios que regem as contratações públicas.

11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes (Art. 18, §1º, XI)

A presente contratação guarda relação direta com outras contratações de natureza administrativa e tecnológica voltadas à gestão de pessoas, ao controle interno e à modernização dos processos de trabalho no âmbito da Administração Municipal.

No que se refere a contratações pretéritas, registra-se que algumas Secretarias utilizam, de forma isolada ou parcial, métodos manuais ou sistemas informatizados pouco padronizados para o controle de frequência, os quais não atendem de maneira plena às necessidades atuais da Administração, especialmente quanto à confiabilidade, auditabilidade e integração das informações. Tais experiências anteriores evidenciaram limitações operacionais e reforçaram a necessidade de adoção de solução mais robusta, padronizada e centralizada, justificando a presente contratação como medida de aprimoramento e racionalização dos controles administrativos.

Quanto às contratações correlatas em vigor ou futuras, a solução ora pretendida relaciona-se diretamente com eventuais contratações de sistemas de gestão de recursos humanos e folha de pagamento, uma vez que os dados de frequência e jornada constituem insumos relevantes para o correto processamento das informações funcionais. Embora a presente contratação não inclua a aquisição ou a substituição de sistemas de folha, sua implementação demanda compatibilidade e possibilidade de integração com as soluções já utilizadas pelo Município, evitando retrabalho, inconsistências e duplicidade de registros.

Há, ainda, afinidade com contratações voltadas à infraestrutura de tecnologia da informação, como serviços de rede, conectividade e suporte técnico, na medida em que o funcionamento adequado dos relógios de ponto e do software de tratamento de ponto depende de ambiente tecnológico minimamente estruturado. Todavia, tais serviços não configuram interdependência direta, uma vez que já integram a rotina administrativa do Município e não demandam contratação específica ou concomitante para viabilizar a execução do objeto.

Ressalte-se que a presente contratação foi estruturada de forma a evitar sobreposição de objetos e contratações redundantes,

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

concentrando em um único procedimento a aquisição dos equipamentos e dos serviços acessórios indispensáveis à sua operacionalização. Essa abordagem favorece o aproveitamento de economia de escala, reduz a fragmentação das aquisições, simplifica a gestão contratual e assegura maior coerência nas decisões administrativas.

Por fim, registra-se que a identificação e o mapeamento das contratações correlatas e/ou interdependentes permitem aos gestores públicos avaliar, de forma integrada, o impacto da solução adotada no conjunto das contratações municipais, prevenindo posicionamentos contraditórios, otimizando o planejamento e contribuindo para uma gestão mais eficiente, coordenada e alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal.

12 - Resultados pretendidos (Art. 18, §1º, IX)

Os resultados pretendidos com a Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE estão diretamente vinculados ao aprimoramento da gestão administrativa, ao fortalecimento dos controles internos e à elevação do padrão de eficiência e transparência na Administração Pública Municipal. A contratação busca, de forma integrada, solucionar fragilidades identificadas nos atuais mecanismos de controle de frequência, produzindo efeitos positivos diretos e indiretos sobre a gestão de pessoas e sobre a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Como resultado direto, espera-se a implantação de um sistema padronizado, seguro e confiável de controle de jornada, capaz de registrar de forma precisa e intransferível a frequência dos servidores, reduzir inconsistências, mitigar riscos de fraudes e assegurar maior rastreabilidade das informações. A confiabilidade dos dados permitirá maior eficácia na apuração da jornada de trabalho, no controle de escalas, no gerenciamento de banco de horas, horas extras e demais eventos funcionais, contribuindo para decisões administrativas mais assertivas e tecnicamente fundamentadas.

Sob a perspectiva da eficiência e economicidade, a contratação pretende reduzir o retrabalho administrativo decorrente de controles manuais ou pouco informatizados, diminuir o tempo despendido na conferência e consolidação de registros e otimizar o uso dos recursos humanos envolvidos na gestão de pessoal. A melhoria dos processos internos tende a refletir em maior racionalização dos recursos financeiros, evitando pagamentos indevidos, inconsistências na folha e questionamentos administrativos ou judiciais, além de proporcionar melhor previsibilidade e controle dos gastos com pessoal.

Como resultado indireto, a modernização do controle de frequência contribuirá para o fortalecimento da governança pública, promovendo maior transparência, segurança jurídica e conformidade com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A padronização dos procedimentos e a centralização das informações facilitarão a fiscalização pelos órgãos de controle interno e externo, ampliando a credibilidade da gestão municipal e reduzindo riscos institucionais.

Do ponto de vista da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade, os resultados pretendidos refletem-se de forma indireta, porém relevante, na melhoria da organização das equipes, no cumprimento regular das jornadas e na continuidade dos serviços públicos, especialmente em áreas sensíveis como saúde, educação, assistência social e infraestrutura. Um controle de frequência mais eficaz permite melhor planejamento das atividades, maior disponibilidade de servidores nos horários previstos e, conseqüentemente, elevação do nível de atendimento ao cidadão.

Por fim, a definição clara dos resultados pretendidos constitui elemento fundamental para a constante reavaliação da formatação da contratação até a elaboração final do Termo de Referência, conferindo maior segurança aos planejadores e facilitando a estipulação de níveis esperados de qualidade da solução contratada. Embora a contratação tenha como objeto principal o fornecimento de bens, os resultados pretendidos servirão de base para o acompanhamento da execução contratual e para a verificação da efetividade da solução adotada, assegurando que a contratação alcance, de forma satisfatória, os objetivos estratégicos da Administração Pública Municipal.

13 - Providências a serem tomadas previamente ao contrato (Art. 18, §1º, X)

Para a efetiva realização do objeto proposto, consistente na aquisição de Relógios de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, serão adotadas providências administrativas, técnicas e legais destinadas a assegurar a regularidade, a transparência, a economicidade e a eficiência do processo de contratação, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021, bem como com os normativos infralegais e orientações dos órgãos de controle.

Inicialmente, a área demandante promoveu a adequada fase de planejamento, materializada por meio deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual foram devidamente delineados a necessidade da contratação, a descrição da solução como um todo, os requisitos técnicos e operacionais, o levantamento de mercado, a justificativa da estimativa de quantitativos, a opção pelo não parcelamento da solução e a definição dos resultados pretendidos. Esses elementos constituem a base técnica e administrativa indispensável para a elaboração do Termo de Referência, documento que orientará a futura seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Na sequência, será providenciada a abertura formal do processo administrativo de contratação, com a autuação e instrução das peças

Estudo Técnico Preliminar
ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

obrigatórias, incluindo a aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente, a elaboração e validação do Termo de Referência, a realização e juntada da pesquisa de preços devidamente justificada, a verificação de compatibilidade com o Plano de Contratações Anual (PCA) e a indicação das dotações orçamentárias correspondentes. Tais providências visam assegurar a aderência da contratação ao planejamento institucional e à disponibilidade orçamentária.

Posteriormente, o processo será submetido à análise jurídica prévia, a fim de verificar a conformidade dos atos preparatórios com a legislação vigente, mitigar riscos jurídicos e garantir segurança à Administração. Superada essa etapa, será deflagrado o procedimento licitatório, adotando-se a modalidade de pregão eletrônico, em razão da natureza do objeto, da padronização do bem a ser adquirido e da maior competitividade e transparência proporcionadas por esse modelo.

O pregoeiro oficial do Município, com o apoio da equipe de planejamento da contratação e dos setores técnico e jurídico, será responsável pela condução do certame, assegurando o cumprimento dos princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, ampla concorrência e seleção da proposta mais vantajosa. Concluída a licitação, e após a homologação do resultado, será formalizado o contrato administrativo com a empresa vencedora.

Previamente ao início da execução contratual, serão designados formalmente o gestor e o fiscal do contrato, competindo-lhes acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, inclusive quanto à entrega dos equipamentos, à prestação dos serviços acessórios de instalação, configuração, treinamento e suporte, bem como ao atendimento das condições de garantia. As Secretarias Contratantes, por sua vez, expedirão as ordens de fornecimento ou de serviço necessárias ao início da execução.

Por fim, ao término da vigência contratual, será realizada avaliação final da execução, considerando o atendimento aos resultados pretendidos, a adequação da solução implantada, o desempenho da contratada e a efetividade dos controles implementados. As informações obtidas subsidiarão futuras contratações, contribuirão para o aperfeiçoamento do planejamento e assegurarão a adequada prestação de contas à sociedade e aos órgãos de controle.

Essas providências, devidamente articuladas e documentadas ao longo do processo, garantem que a contratação seja conduzida de forma planejada, transparente e eficiente, com foco no interesse público, na boa governança e na melhoria contínua da gestão administrativa municipal.

14 - Impactos ambientais e tratamentos (Art. 18, §1º, XII)

A contratação para a aquisição de Relógios de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, embora possua natureza predominantemente administrativa e tecnológica, apresenta impactos ambientais potenciais que devem ser identificados, avaliados e mitigados, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável aplicáveis às contratações públicas.

Dentre os impactos ambientais potenciais, destaca-se, inicialmente, o consumo de energia elétrica decorrente do funcionamento contínuo dos equipamentos eletrônicos. Ainda que se trate de impacto de baixa magnitude, sua relevância aumenta em razão do uso permanente dos relógios de ponto em diversas unidades administrativas. Outro impacto associado refere-se à geração de resíduos, especialmente aqueles decorrentes do uso de insumos consumíveis, como bobinas térmicas, bem como, em menor escala, à futura substituição ou descarte dos equipamentos ao final de sua vida útil, caracterizando resíduos de equipamentos eletroeletrônicos.

Há, também, impacto ambiental indireto relacionado ao processo produtivo e logístico dos equipamentos, que envolve a extração de matérias-primas, a fabricação, o transporte e a embalagem dos bens, etapas que, embora não controladas diretamente pela Administração, integram o ciclo de vida do produto e devem ser consideradas sob a ótica da sustentabilidade.

Como medidas de tratamento e mitigação, a Administração adotará critérios técnicos que priorizem a aquisição de equipamentos com baixo consumo energético, alimentação bivolt e sistemas eletrônicos eficientes, reduzindo o impacto associado ao uso contínuo de energia elétrica. A exigência de equipamentos duráveis, com garantia mínima e suporte técnico adequado, contribui para a ampliação da vida útil dos bens, evitando substituições prematuras e reduzindo a geração de resíduos ao longo do tempo.

No tocante aos insumos, a utilização de bobinas térmicas de maior metragem permite reduzir a frequência de substituições, diminuindo o volume de resíduos gerados e otimizando o uso de materiais. Ademais, sempre que possível, será estimulada a adoção de práticas administrativas que reduzam a dependência de comprovantes impressos, priorizando registros eletrônicos e relatórios digitais, sem prejuízo das exigências legais aplicáveis.

Quanto ao descarte de equipamentos ao final de sua vida útil, a Administração observará as normas ambientais vigentes relativas à destinação adequada de resíduos eletroeletrônicos, promovendo, quando cabível, o encaminhamento para reciclagem, reaproveitamento ou descarte ambientalmente correto, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normativos correlatos.

Registre-se que não foram identificados impactos ambientais significativos ou de alta complexidade que demandem medidas

Estudo Técnico Preliminar

ETP nº. 2026.01.23.01

Processo Administrativo nº. 2026.01.23.01 - Compras

compensatórias específicas, uma vez que o objeto não envolve obras, intervenções físicas relevantes ou atividades potencialmente poluidoras. Ainda assim, a incorporação das medidas mitigadoras descritas assegura que a contratação observe critérios de sustentabilidade compatíveis com sua natureza, contribuindo para a redução de impactos ambientais, para o uso racional de recursos naturais e para a promoção de uma gestão pública mais responsável e alinhada às boas práticas ambientais.

15 - Viabilidade (ou não) da contratação (Art. 18, §1º, XIII)

Com base nos elementos anteriores do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizados por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que a contratação proposta pelas unidades requisitantes tem viabilidade técnica e econômica.

16 - RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar



Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025



Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

1 - Informações Básicas

Local: São Benedito

Data: 23 de janeiro de 2026.

COD. UASG: 981547

Fundamentação Legal:

Lei 14.133/2021 e Decreto 054/2023

2 - Objeto do Mapa de Riscos

Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE.

3 - Riscos Identificados

R-01 - Descrição do Risco:

01. QUESTIONAMENTOS EXCESSIVOS NO PREGÃO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
3	X	3	Alto	Planejamento	Administração

I.1 - Impactos

LEGITIMIDADE DO PREGÃO COLOCADA EM QUESTÃO

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I As possíveis causas do risco de questionamentos excessivos no pregão decorrem, em regra, de fragilidades na fase de planejamento da contratação, notadamente de descrições imprecisas ou insuficientes do objeto no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, bem como da existência de especificações técnicas excessivamente restritivas, direcionadas ou desacompanhadas de justificativa técnica e legal adequada. Contribuem ainda para a materialização do risco inconsistências ou ambiguidades entre o edital e seus anexos, falhas na definição ou compreensão do critério de julgamento, exigências de habilitação desproporcionais ou mal fundamentadas, além da inobservância de dispositivos da legislação vigente e de entendimentos consolidados dos órgãos de controle. Soma-se a isso a fixação de prazos inadequados para apresentação de propostas e a deficiência na transparência e na publicidade das informações do certame, fatores que, em conjunto, ampliam a insegurança jurídica do procedimento e estimulam a apresentação reiterada de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos administrativos, colocando em risco a legitimidade do pregão

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Equipe de Planejamento	Definir as regras gerais da contratação de forma clara e objetiva no Edital e em seus anexos, atentar à legislação vigente no tocante a exigências de marcas, modelos e requisitos excludentes.
AC-01	Autoridade Competente	Replicação do Edital com correção dos itens alvos de impugnação.

R-02 - Descrição do Risco:

02 - LICITAÇÃO DESERTA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
2	X	5	Alto	Seleção do Fornecedor	Administração

I.1 - Impactos

LICITAÇÃO FRACASSADA TENDO QUE REPUBLICAR O EDITAL E ABRIR NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa	Descrição
C-01 - I	As causas para o risco de licitação deserta decorrem, principalmente, da subestimação do valor estimado para a contratação, levando à definição de um preço de referência abaixo do mercado, o que desestimula a participação de licitantes. Exigências excessivas de qualificação técnico-financeira, que restringem a participação de empresas aptas, e a imposição de marcas ou modelos específicos, sem justificativa técnica, também são fatores que limitam a competitividade. Além disso, a falta de adaptação ao mercado local e às características do mercado fornecedor pode afastar os interessados. A escolha inadequada do método para estimativa de preços e prazos curtos para a preparação das propostas também contribuem para a licitação deserta. Por fim, exigências onerosas ou inviáveis economicamente, como garantias financeiras excessivas, tornam a participação das empresas inviável, resultando na necessidade de republicar o edital e abrir um novo prazo para o certame

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Durante a fase de pesquisa de preços realizar crítica com fim de evitar o sobrepreço ou inexecutabilidade das propostas, escolhendo o melhor método para estimativa do valor da licitação, que retrate a realidade do preço de mercado
AP-02	Autoridade Competente	Ao invés de exigir marca, sugerir marca e similar para não restringir a competitividade do certame. As exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica deverão ser as mínimas necessárias para a adequada seleção e garantia da eficiência e segurança da contratação.
AC-01	Autoridade Competente	Replicação do Edital observando requisitos que provocaram a desistência de possíveis interessados.

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

R-03 - Descrição do Risco:

03 - LICITANTE VENCEDOR SE RECUSAR EM ASSINAR O CONTRATO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
3	X	5	Extremo	Seleção do Fornecedor
				Contratada

I.1 - Impactos

NÃO CONCLUIR A LICITAÇÃO TENDO QUE REPUBLICAR O EDITAL E ABRIR NOVO PRAZO PARA A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I	As causas do risco de o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato estão, em geral, associadas a falhas na fase de planejamento e na condução do certame, tais como a definição inadequada do valor estimado da contratação, que pode levar à apresentação de propostas inexequíveis ou com margens insuficientes para a execução contratual. Contribuem ainda para a materialização do risco a ausência de clareza quanto às obrigações contratuais, prazos, penalidades e condições de execução previstas no edital e na minuta do contrato, bem como alterações relevantes entre as condições editalícias e as exigências apresentadas no momento da contratação. Soma-se a isso a ocorrência de lances excessivamente baixos, sem a devida análise de exequibilidade, a dificuldade do licitante em comprovar as condições de habilitação exigidas após a adjudicação, e a existência de sanções administrativas pendentes ou restrições cadastrais que inviabilizem a formalização do ajuste. Tais fatores podem levar o adjudicatário a desistir da contratação, ocasionando a não conclusão da licitação e a necessidade de adjudicação ao remanescente ou de republicação do edital com abertura de novo prazo para realização do pregão
----------	--

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01	Autoridade Competente	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado
AC-01	Autoridade Competente	Adjudicar novo fornecedor ou promover nova licitação.

R-04 - Descrição do Risco:

04 - INCAPACIDADE DA EMPRESA VENCEDORA EM EXECUTAR O OBJETO

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
2	X	5	Alto	Gestão de Contrato
				Contratada

I.1 - Impactos

ATRASO OU NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E As causas do risco de incapacidade da empresa vencedora em executar o objeto contratado estão, em geral, relacionadas à insuficiente capacidade técnica, operacional ou financeira da contratada, evidenciada pela ausência de experiência comprovada em serviços ou fornecimentos similares ao objeto licitado. Contribuem para a ocorrência do risco a definição inadequada dos requisitos de habilitação, que pode permitir a participação de empresas sem estrutura compatível com a complexidade e a relevância da contratação, bem como falhas na análise da exequibilidade da proposta apresentada. Soma-se a isso a fragilidade no planejamento da contratação, com especificações incompletas ou pouco claras do objeto, a inexistência ou inadequação de garantias contratuais suficientes para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, além de deficiências na gestão e fiscalização do contrato. Tais fatores podem resultar em atrasos, execução insatisfatória ou até mesmo no não fornecimento do objeto, exigindo a aplicação de sanções, a eventual rescisão contratual e a adoção de medidas para assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação Setor Responsável Descrição da Ação

AP-01	Autoridade Competente	Estabelecer sanções, multas e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância do objeto a ser contratado
AP-02	Autoridade Competente	Estipular em termo de referência e/ou edital, que em caso de rescisão contratual, a administração poderá convocar os licitantes participantes, obedecida a ordem de classificação, para negociação de preços, análise dos documentos de habilitação e possível contratação
AP-03	Autoridade Competente	Exigir documentação comprobatória que a licitante já prestou serviços semelhante ao contratado
AP-04	Autoridade Competente	Exigir o nível máximo de garantia contratual permitido em lei com vistas a assegurar o compromisso da contratada na execução do contrato
AC-01	Fiscal de Contrato	Acompanhar com rigor, seguindo as descrições do objeto, os níveis esperados de qualidade de execução do contrato e respectivas adequações de pagamento
AC-02	Gestor do Contrato	Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso rescindir o contrato

R-05 - Descrição do Risco:

05 - FALÊNCIA DA EMPRESA VENCEDORA

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para
1	X	5	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

ATRASSO OU NÃO FORNECIMENTO DO OBJETO

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - E As causas do risco de falência da empresa vencedora durante a execução contratual estão, em geral,

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

relacionadas à fragilidade de sua situação econômico-financeira, decorrente de endividamento excessivo, fluxo de caixa insuficiente ou dependência de poucos contratos para manutenção de suas atividades. Contribuem para a materialização do risco a análise inadequada dos requisitos de qualificação econômico-financeira na fase de habilitação, a ausência ou insuficiência de garantias contratuais capazes de mitigar eventuais prejuízos à Administração, bem como a apresentação de propostas com preços inexequíveis que comprometem a sustentabilidade financeira da execução do contrato. Soma-se a isso a instabilidade do mercado em que a empresa atua, variações significativas de custos operacionais e a falta de planejamento financeiro da contratada. Esses fatores podem culminar na insolvência da empresa, resultando em atraso ou não fornecimento do objeto contratado, com necessidade de adoção de medidas administrativas para assegurar a continuidade do atendimento ao interesse público

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Autoridade Competente	Exigir requisitos de habilitação relativos à qualificação econômica e financeira
AP-02	Autoridade Competente	Exigir garantia contratual, conforme Art. 96 da Lei 14.133/2021
AC-01	Autoridade Competente	Estipular em termo de referência e/ou edital, que em caso de rescisão contratual, a administração poderá convocar os licitantes participantes, obedecida a ordem de classificação, para negociação de preços, análise dos documentos de habilitação e possível contratação

R-06 - Descrição do Risco:

06 - FORNECIMENTO DE PRODUTOS E SERVIÇOS INCOMPLETOS OU SEM QUALIDADE

I - Características do Risco

Probabilidade	Impacto	Nível do Risco (P x I)	Fase	Alocado para	
2	X	4	Alto	Gestão de Contrato	Contratada

I.1 - Impactos

PREJUÍZO FINANCEIRO E RISCO À QUALIDADE DO PRODUTO E SERVIÇO APRESENTADO COMPROMETENDO O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

I.2 - Causas Internas (I) e Causas Externas (E) Externa

Nº. Causa Descrição

C-01 - I	As causas do risco de fornecimento de produtos ou serviços incompletos ou sem a qualidade esperada decorrem, em geral, de falhas no planejamento da contratação e na definição das especificações técnicas, com requisitos pouco claros, incompletos ou insuficientemente detalhados no Termo de Referência e no edital. Contribuem ainda para a ocorrência do risco a seleção de fornecedor sem adequada capacidade técnica ou experiência comprovada, a análise insuficiente da exequibilidade da proposta apresentada, bem como a inexistência ou fragilidade de critérios objetivos de aceitação, medição e controle da qualidade. Soma-se a isso a deficiência na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual, a ausência de padrões mínimos de desempenho e qualidade claramente estabelecidos, além de práticas inadequadas da contratada voltadas à redução de custos em detrimento da qualidade. Esses fatores podem resultar em prejuízo financeiro à Administração e no comprometimento do objetivo da contratação, exigindo a devolução, correção ou refazimento do objeto, com aplicação das sanções cabíveis
----------	--

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

II - Ações Preventivas (AP) e Ações de Contingência (AC)

Nº. Ação	Setor Responsável	Descrição da Ação
AP-01	Fiscal de Contrato	Analisar criteriosamente cada produto entregue ou serviço executado
AC-01	Fiscal de Contrato	Devolver e exigir adequação do produto apresentado de forma inadequada ou sem a qualidade esperada ou exigir que os serviços defeituosos sejam refeitos a fim de atender o objeto contratual de maneira qualificada
AC-02	Autoridade Competente	Solicitar abertura de processo administrativo para apuração das penalidades e aplicação das sanções previstas na lei 14.133/2021, no edital e no contrato

4 - Equipe responsável pela elaboração

Portaria da Equipe nº: 079/2025 - ADM.

Descrição: Equipe de Planejamento - Estudo Técnico Preliminar


Nome: Audisnei Alcântara de Moraes

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 079/2025


Nome: Francisca Angelica Fonteles Araújo

Descrição do Agente: Agente de Planejamento

Matrícula: 080/2025

Mapa de Gerenciamento de Riscos

Processo Administrativo do MR nº. 2026.01.23.01 - Compras

5 - Diagrama de cálculo de riscos (5 colunas) - "Mapa de Calor" (Anexo - I)

Legenda Nível de Risco		Probabilidade				
Extremo		1	2	3	4	5
Alto		Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Médio						
Baixo						
Impacto	5 Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 Alto	4	8	12	16	20
	3 Médio	3	6	9	12	15
	2 Baixo	2	4	6	8	10
	1 Muito Baixo	1	2	3	4	5

Obs.: O "mapa de calor" em gestão de riscos é uma ferramenta que apresenta o resultado visual da matriz de eventos de riscos em função da relação combinada da probabilidade e do impacto de cada evento. Assim, a multiplicação dos indicadores que aferem a probabilidade por aqueles que medem o impacto de um evento de risco resultam na aferição da severidade de um determinado risco (baixo, médio ou alto, por exemplo).

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
COMPRA/AQUISIÇÃO – LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE
SECRETARIA DE _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xxxxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE, POR INTERMÉDIO DO(A)
SECRETARIA DE _____ E

O **MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO/CE** por intermédio do(a) **SECRETARIA DE _____**, com sede na Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, na cidade de São Benedito/CE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.778.129/0001-74, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) no(a) _____, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos**, tendo em vista o que consta no Processo do Processo Administrativo nº _____, Pregão Eletrônico nº _____, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de Relógio de Ponto Eletrônico com Biometria Facial e Bobina Térmica, bem como serviços acessórios e licenciamento temporário de software de tratamento de ponto visando atender as necessidades de diversas secretarias do Município de São Benedito/CE.**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2026, contado da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ _____**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da orçamentação, em ____/____/____.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de São Benedito/CE para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto, se for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados ou entregues;
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
- 9.18. Serão de responsabilidade da Contratada todas as despesas com pessoal que irão prestar os serviços contratados e solicitados pela Contratante;
- 9.19. Serão de responsabilidade da Contratada todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços contratados e solicitados pela Contratante;
- 9.20. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da requisição formalizada por setor competente, na totalidade da requisição. O prazo previsto neste item poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, quando solicitado pela CONTRATADA, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela CONTRATANTE e que não prejudique o interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
 - Multa**:
 - Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” e “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.
 - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.
 - Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 10% do valor do Contrato.
 - Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))
- 11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - as peculiaridades do caso concreto;
 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - os danos que dela provierem para o Contratante;
 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet e Diário Oficial do Município, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 217, III do Decreto Municipal nº 54/2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro Comarca de São Benedito, Estado do Ceará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

São Benedito/CE, [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____
2- _____